



A DINÂMICA DA VIOLÊNCIA HOMICIDA NA PARAÍBA

*José Maria Pereira da Nóbrega Júnior
Eduardo Souza Silva*

INTRODUÇÃO

A violência passou a ser mais frequente na realidade nordestina. Homicídios, assaltos, roubos, furtos, latrocínios e estupros cresceram de forma tão exponencial na região que, a partir de meados da década passada, passou a ser a mais violenta do País. Em 2017, os números de homicídios ultrapassaram os 22 mil óbitos por causas externas intencionais na região.

Os pesquisadores, por sua vez, passaram a focar os seus interesses na região Nordeste para procurar entender a dinâmica e as causas do evento. As pesquisas, no entanto, tiveram início com mais frequência a partir de 2010, quando o quadro de endemia homicida chegou a patamares nunca vistos antes na história da região. Alagoas, Bahia e Pernambuco, em 2003, concentravam juntos praticamente um terço dos homicídios da região. Bahia, com uma expressiva inclinação positiva nos números, uma verdadeira explosão nos dados, passou a veicular frequentemente no noticiário nacional. O crime organizado dentro dos presídios teve impacto positivo nesse crescente.

A partir dessa década, a formação de novas facções criminosas nos presídios nordestinos seguiu caminho paralelo ao crescimento vertiginoso dos homicídios fora do cárcere. O caso mais expressivo foi o motim no presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, quando dezenas de presos foram assassinados em um confronto sangrento entre facções criminosas. Na Paraíba, facções violentas, como a Okaida, passaram a ditar as regras do jogo dentro dos presídios e exercendo grande impacto fora deles; nas periferias de João Pessoa e de Campina Grande, a “guerra” entre facções e traficantes locais ceifou a vida de muitos jovens – a grande maioria, como será verificado nos dados analisados nesta pesquisa, pobre, negra, com baixa escolaridade e advinda de realidades desajustadas socialmente.

A presente pesquisa busca analisar a dinâmica dos assassinatos na Paraíba. Para isso, investiu-se em uma perspectiva descritiva de análise dos dados e, partindo de um referencial teórico específico, buscou-se encontrar cadeias de causalidade entre a análise descritiva dos dados e alguns aspectos socioeconômicos e institucionais.

ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS

O crime violento, em específico os homicídios, tem características de multicausalidade (NÓBREGA JR., 2010; 2012); por causa disso, deve ser analisado sob a perspectiva de diversas concepções teóricas e empíricas. No caso dos estudos sobre homicídios no Brasil, destaca-se a hegemonia da Sociologia como campo de análise. A maior parte dos estudos, bem como os pioneiros dos estudos da violência no Brasil, é do campo das ciências sociais, da Sociologia e da Antropologia. Até a década de 1990, a maior parte desses estudos era de característica etnográfica e buscava entender a dinâmica cultural e social da violência, com destaque aos estudos de Zaluar (1985) e Paixão (1988). A partir dos anos 2000, estudos de base empírica, com uso de metodologia estatística, passaram a tomar cada vez mais espaço.

Cerqueira (2014), em sua tese de doutorado, buscou correlacionar algumas variáveis clássicas da economia com as taxas de homicídios no Brasil. Com uso robusto de mecanismos econométricos, o autor encontrou correlação entre controle de armas de fogo e redução dos homicídios.

Soares (2008) demonstrou como aspectos socioeconômicos, como desigualdade e pobreza, têm pouca ou nenhuma relação causal com a violência homicida em algumas realidades sociais em estudos comparados no mundo. Significa que nem sempre a pobreza está na raiz da violência homicida, e aspectos ligados à eficácia das instituições de segurança pública são fatores, muitas das vezes, determinantes para o efetivo controle da violência homicida.

Nóbrega Jr. (2012), em estudo relacionado aos homicídios no Nordeste, demonstrou com análises de dados estatísticos, que a violência homicida na região cresceu justamente quando da melhoria expressiva de seus indicadores sociais e econômicos. Esse aparente paradoxo estaria correlacionado não a aspectos meramente estruturais, mas ao papel do aparato coercitivo estatal, que teve aumentada a sua demanda criminal, com mais vítimas, mas que não acompanhou o crescimento dessa necessidade. A falta de aparato institucional foi reforçada pela inércia e inaptidão dos gestores públicos nordestinos na seara da segurança pública.

MÉTODOS E MATERIAIS

Atualmente, um dos principais problemas nos estudos científicos de violência e criminalidade são, sem dúvidas, os dados. Embora haja plataformas como a apresentada a seguir, os problemas com registros frustrados, ignorados ou não contabilizados são recorrentes, e suas consequências podem ser desastrosas do ponto de vista pragmático da política. Não há uniformidade e transparência direta nas secretarias estaduais de segurança pública, e as informações são padronizadas por meio único pelo Ministério da Saúde com plataformas virtuais, a exemplo do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM).

As informações abordadas neste estudo, compreendidas como registros oficializados, na maioria dos casos, tendem a apresentar a realidade concreta a partir de um panorama majoritário; no entanto, ressalta-se para ocorrências informais que, infelizmente, não foram possíveis de mensurar. Ademais, esses mecanismos tendem a evoluir com aperfeiçoamentos subsequentes e corroborar para transitoriedade de informações entre os sistemas.

A carácter metodológico, o estudo é de cunho explicativo e exploratório, com a utilização de pesquisas bibliográficas, em compromisso com a fundamentação da abordagem central, e preponderantemente quantitativo, com a utilização de estatística descritiva.

Utilizam-se bancos de dados secundários, disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), população residente/estimativas populacionais; Sistema de Informação de Mortalidade e Sistema de Dados do Sistema Único de Saúde (SIM/DATASUS), órgão ligado ao Ministério da Saúde (MS), mais precisamente para os dados do período 1996-2016; Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESP/JC); Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN); Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Defesa Social, Polícia Civil e Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, Monitor da violência/G1, disponíveis no *12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, especificamente para o ano de 2017; *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*.

A utilização mista dos bancos de dados está atrelada à indisponibilidade no sistema oficial (SIM/DATASUS) para 2017; não obstante, o *12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública* concede as informações, ainda que não oficializadas pelo Ministério da Saúde. A todo modo, o propósito da utilização é apresentar dados atualizados e concretizados do ponto de vista institucional das fontes dispostas.

A variável *proxy* de violência utilizada é o homicídio, que será conceitualmente definido conforme a Classificação *Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde (CID 10)*, na codificação X85-Y09 do Banco do SIM/DATASUS, onde tem-se registrado o óbito por causas externas, quadrante “agressões”. Por agressões, o banco de dados compreende: “homicídios, lesões infligidas por outra pessoa, empregando qualquer meio, com a intenção de lesar (ferir) ou de matar”.

O período analisado é de 1996 a 2017, dividido em seções diferentes e trabalhados por grupos decenários a caráter estrutural/explicativo. Para fins metodológicos, o tratamento dos dados ocorre, em grande parte, com a utilização de taxas por grupos de 100 mil habitantes. Atualmente, a taxa é utilizada mundialmente como o principal parâmetro para verificar os níveis da violência homicida, tendo em vista os daltonismos causados pelos números absolutos de homicídios, e a discrepância populacional. O cálculo proposto, pondera o crescimento populacional e apresenta uma resultante mais adequada à realidade. O cálculo pode ser visualizado na seguinte fórmula (em que NabsHom são os números absolutos de homicídios, e Pop é a população respectivamente do espaço):

$$\text{NabsHom/Pop} \times 100000 = \text{TxEom}$$

A taxa de homicídios é resultado da divisão dos números absolutos sobre sua população. O produto dessa divisão é multiplicado por 100 mil, o que resulta na taxa. As fontes das variáveis usadas para calcular as taxas de homicídios são majoritariamente do SIM e IBGE.

Além da análise descritiva dos dados de homicídios em sua dinâmica com algumas variáveis categóricas, como faixa etária e cor de pele, por exemplo, busca-se, também, analisar algumas correlações e aspectos causais, por meio do coeficiente de correlação de

Pearson, de forma descritiva, com alguns indicadores socioeconômicos e institucionais trazidos pela literatura. Tais indicadores serão destacados: ocorrências por tráfico de drogas; ocorrência de crimes patrimoniais; prisões no sistema penitenciário; efetivo Policial Militar e Civil; ocorrências por Estatuto do Desarmamento; escolaridade. Esses dados foram trabalhados com o auxílio do *software* Excel, designando a elaboração das planilhas e dos modelos estatísticos e no qual foram elaborados cruzamentos entre matrizes de dados.

O coeficiente de correlação de Pearson (ou bivariada simples) mede o grau de correlação e direção da correlação, se é positiva ou negativa, entre duas variáveis, X e Y.

A fórmula matemática do modelo de correlação de Pearson é a seguinte, em que x_1, x_2, \dots, x_n e y_1, y_2, \dots, y_n os valores medidos de ambas as variáveis.

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

A análise correlacional indica a relação entre duas variáveis lineares, e os valores sempre serão entre 1 e -1 – quanto mais próximo de 1 (independentemente de positivo ou negativo), maior será o grau de correlação. O sinal indica a direção, se a correlação é positiva ou negativa, e o tamanho da variável indica a força da correlação.

O propósito central deste estudo é analisar a dinâmica das mortes violentas no Nordeste – em específico, na Paraíba –, buscando identificar como ocorreu o processo evolutivo nas taxas de homicídios.

DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS NO NORDESTE E NA PARAÍBA

O Brasil é o País que mais mata; logo, é o que mais morre. Atualmente são mais de 175 registros de homicídios por dia, o que corresponde a uma média de sete pessoas assassinadas para cada hora no País. As taxas de homicídios brasileiras estão longe de se encaixarem no padrão de aceitabilidade internacional. Desde os últimos anos do século passado, o País sofre com altos índices de violência; em 1996, a taxa girava em torno dos inaceitáveis 24,7 homicídios por 100 mil habitantes; na passagem do século XX para o XXI, o País atingia os 27,3/100 mil no ano 2000, um crescimento de quase 3 homicídios para cada grupo de 100 mil pessoas em apenas 5 anos. Dez anos depois, esse índice havia passado por oscilações, mas em 2010 permaneceu alto e tendenciado ao crescimento.

Tabela 1: Números absolutos de homicídios no Brasil por regiões de 1996 a 2017.

ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	1945	2019	2332	2134	2391	2645	2943	3169	3175	3682	4053
Nordeste	8119	8749	8489	8138	9245	10592	10965	11861	11581	12986	14412
Sudeste	22801	23252	24740	26132	26448	26898	27423	27214	24479	21637	21213
Sul	3256	3637	3552	3609	3867	4355	4723	5098	5414	5616	5727
Centro-Oeste	2773	2850	2837	2901	3409	3453	3641	3701	3725	3657	3740
Brasil	38894	40507	41950	42914	45360	47943	49695	51043	48374	47578	49145
ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Norte	3984	4851	5191	6014	5636	6087	6097	6286	6955	7885	7861
Nordeste	15432	17067	17880	18867	19390	20978	22019	23408	22999	24484	27247
Sudeste	18562	17353	17134	16534	16158	17155	17100	17675	15909	16013	17215
Sul	5910	6607	6727	6463	6182	6630	5999	6530	6713	7144	6735
Centro-Oeste	3819	4235	4502	4382	4832	5487	5589	5782	5562	5617	4837
Brasil	47707	50113	51434	52260	52198	56337	56804	59681	58138	61143	63895

Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2008 a 2016); Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil e Polícia Militar do Mato Grosso do Sul; Monitor da Violência/G1 (2017); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Elaborado pelo Núcleo de Estudos da Violência da UFCG – NEVU.

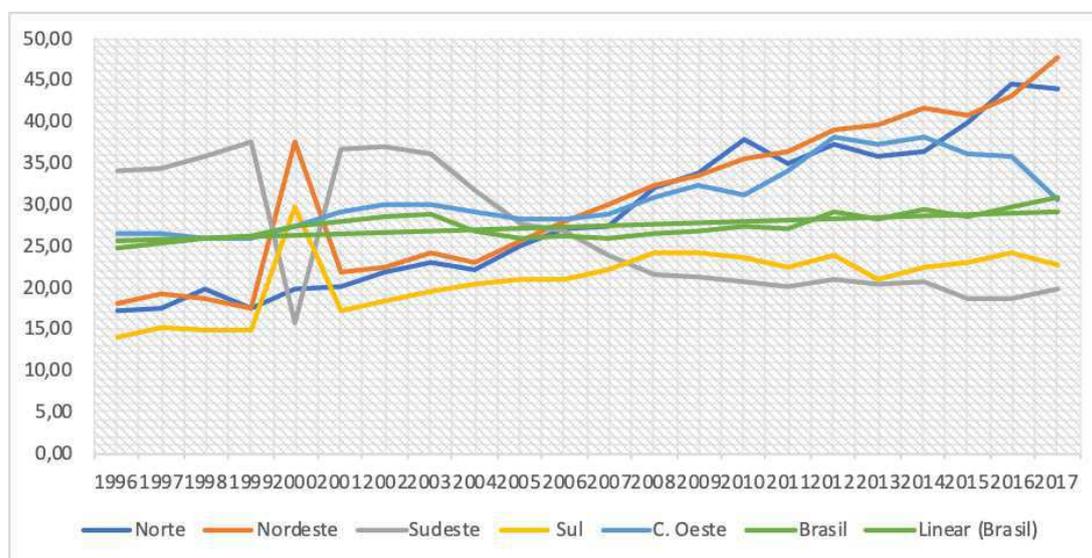
A evolução dos homicídios no Brasil é uma constante inegável, o crescimento é tão exponencial que, em números absolutos, o incremento nas últimas duas décadas foi mais de 60%, e pouco mais de 24% nas taxas por 100 mil habitantes. Na Tabela 1, que apresenta o comportamento e as regiões mais afetadas nessa série temporal, é notável a transitoriedade da criminalidade violenta.

Dez anos depois do primeiro registro do período, ou seja, em 1996 para 2005, constatou-se que, em seus números absolutos, os homicídios tiveram uma diferença de 8.684 casos; portanto, esse registro foi crescente e variante. Em 2002 e 2003, os números de morte por agressão chegaram a um patamar tão alto que só foram superados em números totais seis anos depois, em 2009. Após 2003, os registros reduziram se comparados ao ano anterior e houve uma oscilação subsequente, mas nada que apontasse para uma redução progressiva.

Dez anos atrás do último registro com que se trabalhou, 2008 a 2017, constatou-se um índice que já dava indicativos do crescimento descontrolado dos homicídios. O registro de 2008 foi de 50.113 e, em 2017, de 63.895 vítimas de morte por agressão; de lá até aqui, foram mais de 562 mil pessoas assassinadas em uma única década.

É válido observar que os números absolutos de homicídios passaram por um processo transitivo em suas regiões, e não somente quanto aos números absolutos, que permanecem concentrados nos dois maiores polos populacionais (Sudeste e Nordeste), mas ao fenômeno em sua proporção, ponderando o desenvolvimento populacional. A dinâmica comportamental da violência assumiu diferentes formas com o passar dos anos. Enquanto a região Sudeste reduziu seus registros com os anos, o Norte e o Nordeste aumentaram. No Sudeste, que antes era responsável por pelo menos 58% dos homicídios totais do País, foi após a primeira década do período analisado (2005 em diante) que houve redução de seus índices consecutivamente, tendo o menor índice da série exposta em 2015. Por outro lado, o revés aconteceu no Norte e no Nordeste; o Nordeste, especificamente, que detinha 21% do total de homicídios em 1996, em 2005, passou a 27% e, em 2017, 43% dos registros totais.

Gráfico 1 – Taxa de homicídios no Brasil, por regiões, de 1996 a 2017.



Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2008 a 2016); Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil e Polícia Militar do Mato Grosso do Sul; Monitor da Violência/G1 (2017); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Elaborado pelo Núcleo de Estudos da Violência da UFCG – NEVU.

Segundo o Gráfico 1, que apresenta as taxas de homicídios no Brasil por região, o Norte e o Nordeste lideram como as regiões mais violentas do País – suas taxas chegam a ser, pelo menos 4 vezes superiores ao aceitável pela Organização das Nações Unidas (ONU). A média nacional, atualmente, gira em torno dos 30 casos por 100 mil habitantes, tendo o Centro-Oeste com a mesma resultante; não obstante, vale ressaltar que a região vem reduzindo expressivamente as taxas de homicídios e é a única região com redução significativa, mesmo que não esteja entre os melhores números. As únicas regiões que ficam abaixo da média nacional são a região Sudeste, com 19,8, e a região Sul, com 22,7 casos. O Nordeste, como mencionado, é a região com os maiores índices de violência homicida, com 47,6/100 mil habitantes, seguido pela região Norte, com 43,8/100 mil habitantes no ano de 2017.

Em 2000, um fenômeno totalmente adverso aconteceu: as taxas de homicídios da região Nordeste e Sul tiveram altos registros, enquanto o Sudeste, que vinha preponderantemente violento, teve o menor registro do ano. As taxas, no Nordeste, saíram de 17,5 em 1999 para 37,3 em 2000; de 14,7 em 1999 para 29,8 no Sul; e de 37,4 para 15,6 no Sudeste. Nos anos seguintes, os índices “normalizaram”, mas não tanto para a região Nordeste; a partir daí, iniciou-se um processo contínuo de crescimento desenfreado das taxas.

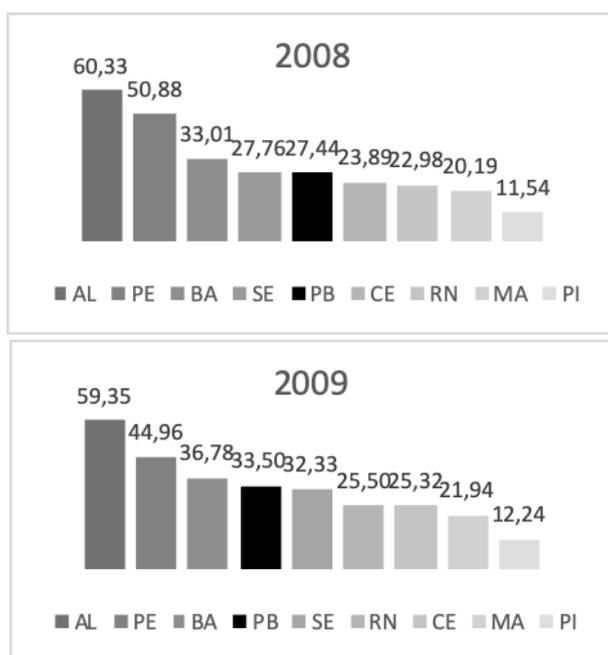
O Sudeste, embora seja a segunda região com maior número absoluto de homicídios, desde o início da última década, é a que apresenta a menor taxa. O Nordeste, por sua vez, já assumia o papel de liderança em 2008 e, 10 anos depois, permanece liderando não só em números absolutos, mas também em suas taxas por 100 mil habitantes, como já mencionado.

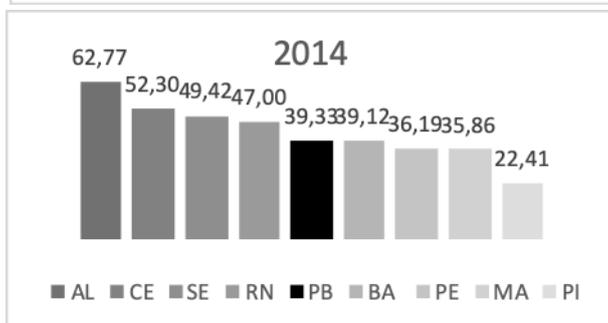
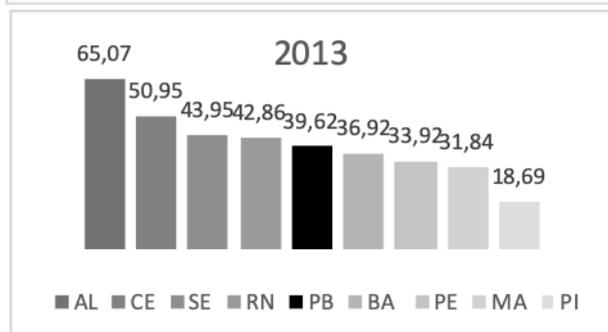
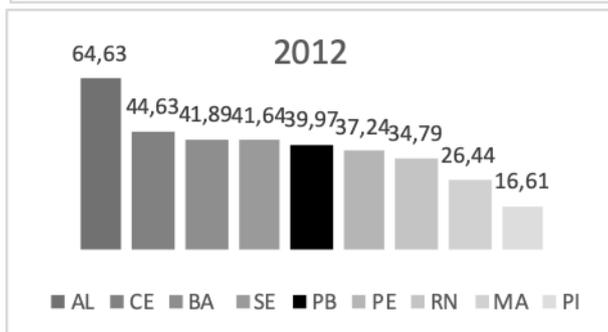
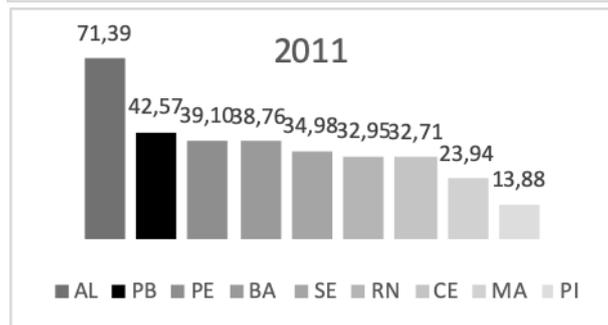
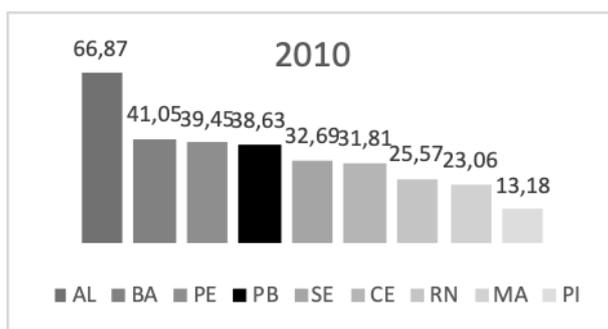
Embora seja válido salientar que o crescimento da violência brasileira siga uma linearidade constante, não é verdade que, necessariamente, o comportamento seja igual em todos os espaços do País. Isto quer dizer que, pelo fato de o cálculo da taxa considerar a totalidade dos dados nas regiões, ele não explica as particularidades dos Estados em relação ao total. Assim, por exemplo, na região Nordeste, se conseguirem reduzir ou controlar seus índices de violência, os Estados de Sergipe e Rio Grande do Norte corroboram para a não ampliação da média geral; se na região a maioria dos Estados apresentarem crescimento, é fato que os dois Estados, sozinhos, não im-

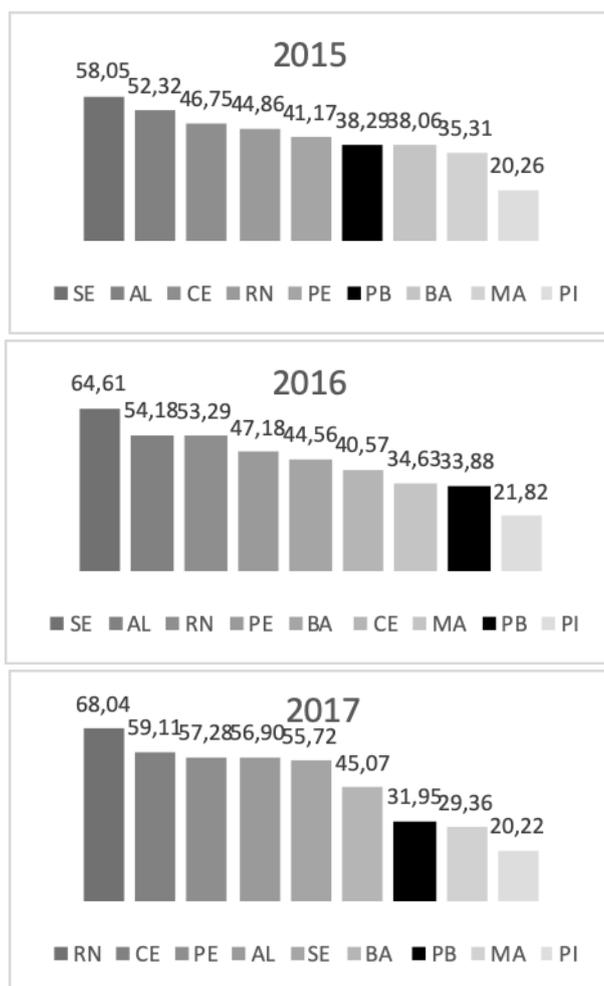
pactarão diretamente no índice geral. Assim, verifica-se que, apesar de apresentar importantes médias regionais, não é justo analisar Estados tomando como parâmetros a totalidade das regiões. No País, a violência se explica de diferentes formas e contextos, não é à toa que, em uma mesma região com tendências de crescimento, um determinado Estado conseguir controlar os índices de violência.

Assim, como ressaltado, a proposição base deste estudo, além de analisar a dinâmica da criminalidade violenta no Nordeste, será explanar especificamente o Estado da Paraíba, tentando compreender a desenvoltura quanto à realidade nordestina, considerada a região mais pobre e violenta do Brasil. A série temporal adotada no Gráfico 2 compreende 2008 a 2017 e se deve ao fato de a última década apresentar dados disponíveis. A proposta do gráfico 2 é apresentar didaticamente como os Estados do Nordeste se comportaram com o passar do tempo; para cada ano, o gráfico elenca decrescentemente dos maiores aos menores registros, criando um “*ranking* da violência homicida”; o parâmetro utilizado foi o da taxa por 100 mil habitantes, que pondera o contingente populacional, e o Estado em destaque é a Paraíba.

Gráfico 2: Taxas de homicídios por grupo de 100 mil habitantes nos Estados da região Nordeste, individualmente e em ordem decrescente de 2008 a 2017.







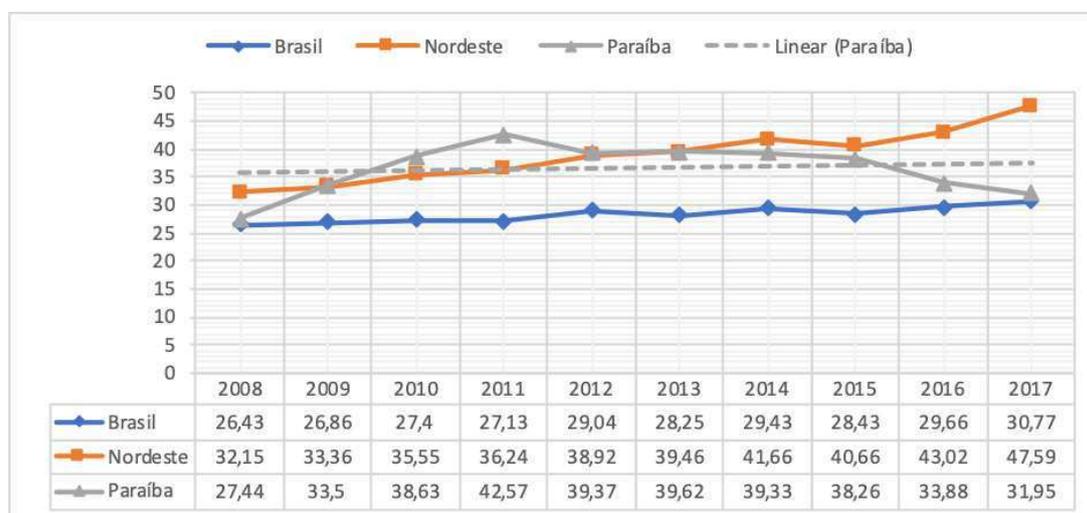
Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (2008 a 2016); Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil e Polícia Militar do Mato Grosso do Sul; Monitor da Violência/G1 (2017); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Elaborado pelo Núcleo de Estudos da Violência da UFCG - NEVU.

O Gráfico 2 elucida bem o comportamento dos Estados nordestinos na convulsão da violência brasileira. O único Estado da região que apresentava inicialmente um controle do fenômeno foi o Piauí; no entanto, com o passar dos anos, o Estado sofreu abalos consideráveis e, no período, suas taxas aumentaram 75%. Assim, o Piauí está inserido na região mais violenta do País e, apesar do crescimento expressivo, foi o único Estado cuja posição no *ranking* não oscilou, mantendo-se como menos violento dos últimos 10 anos.

Com ressalvas para o Piauí, Maranhão e Alagoas, o restante dos Estados oscilou suas posições no “*ranking* da violência”. Alagoas, durante bastante tempo, concentrou disparadamente as maiores taxas de homicídios e só perdeu o posto em 2015 para Sergipe.

A Paraíba, por sua vez, era um dos Estados mais violentos na região, alcançando o ápice nocivo do seu registro em 2011 com a taxa de 42,5 homicídios por 100 mil, ocupando a segunda colocação do *ranking*; passados alguns anos, o Estado vem conseguindo melhorar seu índice e, de 2011 para 2017, a redução já foi de 10 homicídios na sua taxa.

Gráfico 3: Taxas de homicídios por 100 mil habitantes na Paraíba, região Nordeste do Brasil de 2008 a 2017. A linha de tendência diz respeito ao desfecho da Paraíba no período exposto.

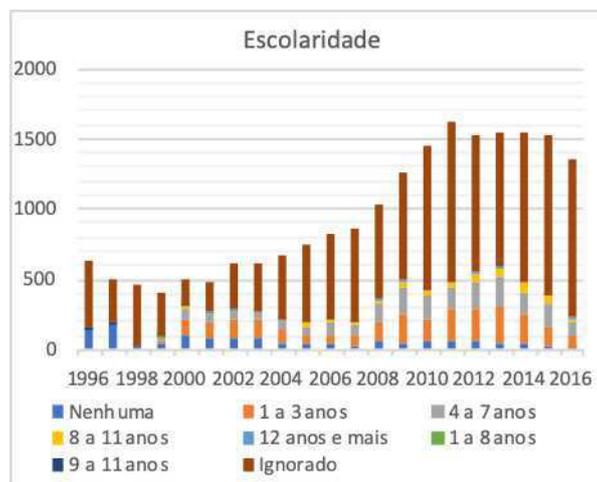
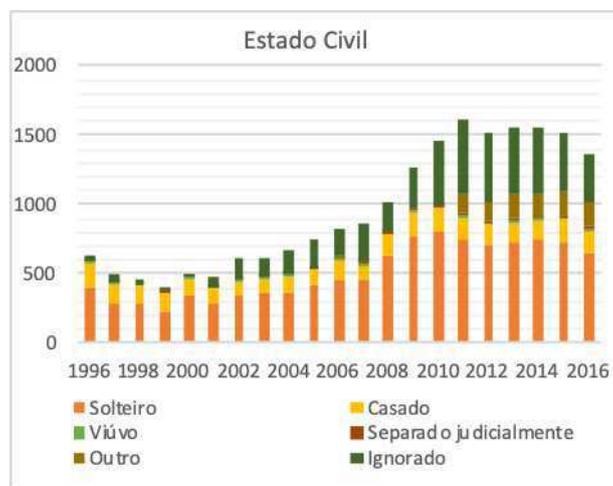


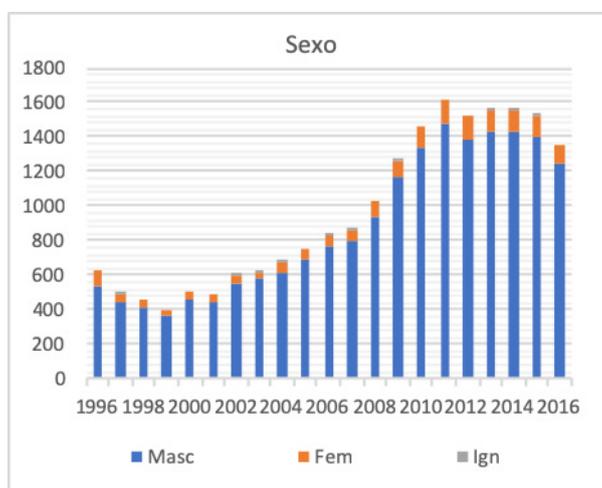
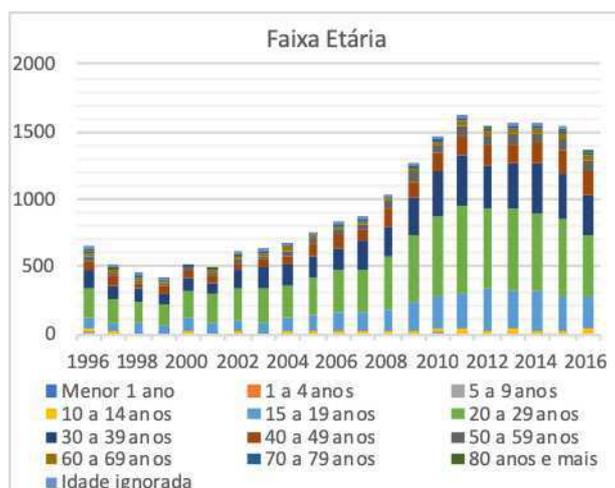
Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2008 a 2016); Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil e Polícia Militar do Mato Grosso do Sul; Monitor da Violência/G1 (2017); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Elaborado pelo Núcleo de Estudos da Violência da UFCG – NEVU.

Como observado no Gráfico 3, pela linha de tendência, na década trabalhada, o Estado apresentou convergência ao crescimento, tendo em vista que, mesmo com as diminuições recentes, ainda não foi possível reduzir-se aos 27,4 homicídios de 2008. É necessário observar que, enquanto a dinâmica dos homicídios era crescente tanto no Brasil como no Nordeste e na Paraíba até 2011, a partir do ano seguinte, enquanto a média brasileira e Nordestina aumentou, o Estado da Paraíba, especificamente, apresentou reduções constantes.

Concentrando no perfil da vítima da violência homicida na Paraíba, é possível construir uma identidade de vulnerabilidade social no Estado. Os itens levados em consideração no Gráfico 4 retratam algumas informações disponíveis pelo sistema de informação sobre mortalidade.

Gráfico 4: Elementos que caracterizam o perfil da vítima de homicídio na Paraíba de 1996 a 2016.





Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaborado pelo Núcleo de Estudos da Violência da UFCG – NEVU.

No quadrante metodológico deste trabalho, argumenta-se inicialmente que um dos principais problemas nos estudos da violência são os dados, pois agregam tanto no sentido de disponibilidade/transparência como na qualidade final e precisão das informações ignoradas nos indicadores de homicídios apresentadas no Gráfico 4.

Nos quadrantes superiores do Gráfico 4, os tópicos vigentes são os de estado civil e nível de escolaridade. O primeiro, que mostra informações sobre o estado civil, exibia, até o final do século XX, poucos registros ignorados; com o passar dos anos, os números de registros ignorados quanto ao estado civil foi aumentando, mas nada que tenha impedido de analisar um perfil característico predominante, o estado solteiro. O segundo quadrante, que aborda os níveis de escolaridade, é, entre os itens listados no Gráfico 4, o que mais enfrenta problemas de

catalogação. Os registros ignorados ultrapassaram 80% em 2016 e, pela trajetória histórica, sempre enfrentou problemas. Considerando apenas as informações registradas, as margens para as perspectivas de anos de estudos não passam dos 4 a 7 anos, quando não estão concentrados entre 1 e 3 ou nenhum ano de estudo.

Nos quadrantes inferiores, os tópicos tratados são o sexo e a faixa etária. Nesses quesitos, especificamente, as margens para registros ignorados são praticamente inexistentes. O quadrante sexo revela a predominância do sexo masculino como os principais indivíduos vitimados. O sexo masculino é responsável por pelo menos 90% dos registros de homicídios anuais. Isso, no entanto, não condiz afirmar que os homicídios contra mulheres estão sob controle, pois os dados mostram que, historicamente, os registros contra mulheres acompanharam o crescimento geral e que, na maioria dos casos, quando diminui sobre homens, também reduz contra mulheres. Já no quadrante da faixa etária, em correspondência à média nacional, assim como os quesitos anteriores, as pessoas mais vitimadas são jovens com idade entre 15 e 19 anos, seguidos por adultos dos 20 a 29 anos.

É interessante observar que, entre as informações apontadas no Gráfico 4, que concentram características para a formação de um perfil de vítima, uma não foi introduzida no gráfico, mas sua mensuração é de suma importância. Os homicídios no Brasil e na Paraíba têm raça e cor: os negros, compreendidos como a soma de pardos e pretos, são os mais vitimados; com pelo menos 85% dos registros na trajetória histórica, compõem a lista de vulneráveis à violência homicida. Assim, o perfil da vítima na Paraíba é de um indivíduo solteiro, negro, jovem e com baixo nível educacional. Quanto menos o sujeito se aproxima dessas características, mais se distancia da vulnerabilidade violenta que assola não só a Paraíba, mas também todo o Brasil.

ALGUNS ASPECTOS CAUSAIS

Seguindo o que foi apresentado na literatura, é possível analisar as conexões causais entre os homicídios perpetrados na Paraíba com algumas variáveis independentes. Observou-se que os jovens do sexo masculino, solteiros, com baixo nível de escolaridade, cor da pele negra são as principais vítimas dessa mortandade. A literatura é capaz de apontar uma fonte de causalidade entre baixos níveis de escolaridade, evasão escolar e desemprego (NÓBREGA JR., 2017). As variáveis independentes testadas descritivamente aqui serão as ocorrências por tráfico de drogas; escolaridade; ocorrências por crime patrimonial; prisões efetivadas; efetivo policial; Estatuto do Desarmamento⁸. Todas essas variáveis foram cruzadas em sua relação com os homicídios perpetrados na Paraíba em suas séries históricas específicas.

Tabela 2 – Correlação entre ocorrências por tráfico de drogas e taxas de homicídios – PB (2009/2013)

Paraíba	2009	2010	2011	2012	2013	Correl.
Drogas	8,6	7,9	15,1	14,3	9,6	R= 0,632
Tx Hom.	33,5	39,6	42,7	39,9	39,6	

Fonte: Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal (SI-NESP/JC)/Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)/Ministério da Justiça; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Taxas de Homicídios Banco de Dados do NEVU. Elaborado pelo Núcleo de Estudos da Violência da UFCG (NEVU).

Na Tabela 2, foi apresentada uma pequena série histórica, de 2009 a 2013, entre as taxas de ocorrência por tráfico de drogas e as taxas de homicídios perpetradas no período. De 2009 a 2011, as taxas por tráfico de drogas são crescentes e depois reduzem nos anos seguintes, 2012 e 2013. As taxas de homicídios no período são crescentes até 2011 e começam a apresentar tendência de decréscimo a partir de 2012. Quando se utiliza o mecanismo de correlação entre os dados, o $R=0,632$ da correlação é significativo. Ou seja, há correlação entre ocorrência por tráfico de drogas e as taxas de homicídios no período.

⁸ Lei 10.826/2003 que teve como propósito central regular e controlar a posse e o porte de arma de fogo. Utilizamos a variável “apreensão de arma de fogo ilegal” como proxy para o teste desta variável.

O tráfico de drogas exerce poder principalmente nas zonas periféricas das cidades. A teoria do Aprendizado Social e a teoria da Desorganização Social apontam forte correspondência entre ambientes desajustados e desorganizados com a prática do tráfico de drogas e que isso potencializa a violência homicida (NÓBREGA JR., 2015).

Numa realidade na qual os jovens têm baixo nível de escolaridade, o que está significativamente associado à falta de oportunidade no mercado informal (FREEDMAN, 1994), mostra-se importante correlacionar as taxas de homicídios com o nível de escolaridade dos paraibanos.

Tabela 3. Correlação entre nível de escolaridade 15 anos ou mais e taxas de homicídios na Paraíba (2009/2015)

Paraíba	2009	2011	2012	2013	2014	2015	Correl.
Escolaridade %	5	6,6	6	7,4	7,5	8,6	R=0,397
Tx Hom	33,5	42,7	39,9	39,6	39,3	38,2	

Fonte: NEVU/PNAD/IBGE. Elaborado pelo Núcleo de Estudos da Violência da UFCG (NEVU).

Os dados destacados na Tabela 3 mostram que há relação significativa entre as variáveis de percentual entre os mais escolarizados e as taxas de homicídios. Isso revela que, quanto maior o nível de percentual de pessoas escolarizadas, menor o risco de homicídios na Paraíba, o que confirma a hipótese trazida pela literatura.

Tabela 4. Correlação entre taxas de crime patrimonial⁹ e taxas de homicídios na Paraíba (2009/2015)

Paraíba	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Correl.
Tx Crime Patrimonial	85,5	89,6	135,8	103,1	106,8	210,2	282,9	R=0,132
Tx Hom.	33,5	38,6	42,7	39,9	39,6	39,3	38,2	

Fontes: Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESP/J)/Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)/Ministério da Justiça; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Taxas de Homicídios Banco de Dados do NEVU. Elaborado pelo Núcleo de Estudos da Violência da UFCG (NEVU).

⁹ No total de roubos, estão incluídas as seguintes ocorrências: outros roubos, roubo à instituição financeira, roubo a/ou de veículo de transporte de valores (carro forte), roubo a transeunte, roubo com restrição de liberdade da vítima, roubo de carga, roubo de veículo, roubo a estabelecimento comercial ou de serviços, roubo em residência, roubo em transporte coletivo (FBSP, 2014). O 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública computou apenas os roubos de veículos para 2014 e 2015. Dessa forma, chamaremos esta variável de “crime patrimonial”.

Para o período analisado, o nível de ocorrência de crime patrimonial se mostrou fracamente associado com o crime de homicídio na Paraíba. Apesar de um esforço maior do gestor da segurança, já que a taxa de crime patrimonial se mostra fortemente correlacionada com as prisões efetuadas, esses crimes tiveram aumento de 232% na variação entre 2009 e 2015; as taxas de homicídios não demonstraram grande variação.

Sabe-se que o sistema prisional é um dos principais, se não o principal, problemas de gestão pública do sistema de segurança nordestino. Superlotação, gargalos na administração prisional e instalações precárias são características mais do que conhecidas pela população. O sistema está em colapso: o descontrole estatal e o domínio das facções criminosas são praticamente as regras.

Tabela 5 – Correlação entre as prisões efetuadas e os números absolutos de homicídios na Paraíba (2009/2014)

Paraíba	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Correl.
Prisões Totais	8.524	8.052	8.210	8.756	8.958	10.421	R=0,452
Homicídios	1.027	1.263	1.455	1.614	1.525	1.551	

Fontes: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez./2014. Taxas de homicídios banco de dados do NEVU. Elaborado pelo Núcleo de Estudos da Violência da UFCG (NEVU).

Em relação às prisões efetuadas pelo Estado, há correlação de moderada a alta entre as prisões realizadas e os números de homicídios absolutos. A correlação pode ser explicada de duas formas: 1) as prisões efetuadas estão associadas com o controle dos homicídios em longo prazo e/ou concentradas em homicidas seriados (ZAVERUCHA e NÓBREGA JR., 2015; KHAN e ZANETIC, 2009); 2. as prisões estão correlacionadas positivamente com os homicídios, quando de dentro dos presídios; por falta de controle estatal das quadrilhas criminosas, há comando para execuções externas aos muros realizadas por marginais do tráfico de drogas.

Certamente, há forte associação entre prisões efetuadas e os homicídios perpetrados, caracterizando uma força motriz da criminalidade no Estado da Paraíba.

Tabela 6. Efetivo policial (civil e militar) – 2014/2015 e taxas de homicídios – Paraíba – 2014/2015/2016/2017

Paraíba	PM 14	PM 15	PC 14	PC 15	PO 14	PO15	Var. % 14 15
Efetivo Policial	9774	10027	1961	2247	11735	12274	4,39%
Tx Hom.	2014	2015	2016	2017			
	39,3	38,2	33,8	32			

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícias Militares e Cíveis estaduais; Pesquisa de Informações Básicas Estaduais; Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Cálculo das taxas de homicídios até 2016 NEVU. Taxa de 2017 SDS-PB.

Analisando uma possível correlação entre os dados de efetivo policial e o controle dos homicídios, observa-se uma variação positiva no percentual de Policiais Cíveis e Militares que cresceram entre 2014 e 2015. Esse dado é providencial, já que mais investigadores policiais civis e mais policiais militares nas ruas são importantes fatores dissuasivos. A partir desses números e avaliando as taxas de homicídios decrescentes após 2015, verifica-se que o efetivo policial foi fator importante para a redução das taxas, que caíram, entre 2015 e 2017, de 38,2 para 32, uma redução de menos seis homicídios por cada grupo de cem mil habitantes.

Tabela 7 – Estatuto do Desarmamento¹⁰ e taxas de homicídios – Paraíba – 2014/2015.

PB	2014	2015	Var. %
Apreensão Armas De Fogo	968	1.301	34,40%
Tx Hom.	39,3	38,2	-3%

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

¹⁰ Apreensão de armas de fogo em números absolutos, dados da Polícia Federal (FBSP, 2016).

Muitos estudiosos da segurança pública apontam uma forte correlação entre a eficiência do Estatuto do Desarmamento e a redução da violência homicida (CERQUEIRA, 2014; SOARES, 2008). Testando com poucos dados para a Paraíba, percebe-se que houve um investimento pesado da gestão da segurança pública em apreensão de armas de fogo ilegais, como pôde ser visto na Tabela 7. O aumento de 34,4% nessas apreensões foi concomitante com a redução de 3% nas taxas de homicídios no período que, como visto na análise da dinâmica dos dados em séries temporais que vão até 2017, essas taxas continuaram descendentes. É possível diagnosticar que a união de distintas variáveis independentes, como as testadas aqui neste trabalho, é fator causal para a redução da violência homicida na Paraíba, com destaque ao papel do Estado como monopólio da força e da violência legal, quando de mais investimentos na agenda da segurança pública, e na agenda social, quando da melhoria dos indicadores de educação aqui destacados.

CONCLUSÃO

A violência homicida é uma realidade na região Nordeste e apresenta crescimento contínuo nos últimos 15 anos. A variação percentual de explosão desses dados entre 2006 e 2017 demonstrou que alguns Estados apresentaram resultados de redução pontuais, como o exemplo de Pernambuco, entre 2007 e 2013, e o atual quadro de retração encontrado na Paraíba entre 2012 e 2017. Parece importante destacar que, se as políticas de alguns governos podem se transformar em políticas de Estado, isso é um grande desafio para a gestão da segurança pública nordestina.

Aspectos fundamentais da violência homicida é lugar comum nos estudos sobre o assunto. Jovens, negros, periféricos, pobres, sem ou com baixa escolaridade são as vítimas em potencial da criminalidade homicida, que tem em seu alçôz a mesma condição socioeconômica e cultural.

Banditismo, violência estrutural, desorganização social, aprendizado social, escolhas econômicas: todas essas esferas conceituais têm relação com o crescimento dos homicídios. O aparente paradoxo nordestino que, nos últimos anos, apresentou expressivas reduções da desigualdade social pode enganar o analista mais desatento. Aspectos estruturais podem ser mal interpretados, quando não testados empiricamente.

Na Paraíba, o investimento feito pelo Estado/governo na segurança pública nos últimos anos, a série histórica parece ter contribuído positivamente na redução dos homicídios entre 2015 e 2017. No entanto, a melhoria das condições socioeconômicas antecede o período de queda nos números de homicídios, que são expressivos no final da série histórica.

A melhoria de todos os indicadores socioeconômicos foi atrativa para o processo migratório da criminalidade. O Nordeste apresentou crescimento significativo dos homicídios entre 2000 e 2010 justamente quando os indicadores de pobreza e desigualdade de renda apresentaram destacada melhoria, inclusive em comparação aos dados nacionais (NÓBREGA JR., 2016). Tais melhorias, a princípio, mostraram relação inversa com a criminalidade, não só contra a vida das pessoas, mas contra o seu patrimônio. No entanto, um olhar mais acurado leva a perceber que as demandas criminogênicas cresceram numa realidade de estagnação do aparato estatal, a exemplo das polícias, com poucos efetivos, e do sistema carcerário, com grandes déficits de vagas.

A análise em tela mostra a dinâmica do crime violento de homicídios no Nordeste, com destaque para a Paraíba. Além da dinâmica sobre variáveis categóricas clássicas, analisaram-se os indicadores institucionais do aparato de segurança pública do referido Estado e foi possível notar como é importante a gestão das políticas de segurança pública. O acompanhamento dos dados institucionais e socioeconômicos é imprescindível para servir de base para as tomadas de decisões dos *policymakers*.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, D. R. C. *Causas e consequências do crime no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

FREEMAN, R. B. *Crime and the job market*. NBER Working Paper: Bureau of Economic Research, Inc., 1994.

KAHN, T.; ZANETIC, A. O papel dos municípios na segurança pública. In: BRASIL, Ministério da Justiça. *Coleção Segurança com Cidadania: Subsídios para Construção de um Novo Fazer Segurança Pública*. Brasília: Editora UFRGS, 2009.

NÓBREGA JR., J. M. P. *Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas*. 271 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Ciência política, 2010.

NÓBREGA JR., J. M. P. *Homicídios no Nordeste: dinâmica, relações causais e desmistificação da violência homicida*. Campina Grande: UFCG, 2012.

NÓBREGA JR., J. M. P. Teorias do Crime e da Violência: Uma Revisão da Literatura. *BIB*, São Paulo, n. 77, 1º semestre de 2014 (publicada em dezembro de 2015).

NÓBREGA JR., J. M. P. Diagnóstico socioeconômico do Cariri Ocidental paraibano: avanços sociais e desigualdade interna. *Revista Espaço Acadêmico*. v. 15, n. 174, p. 90–97, 2015.

NÓBREGA JR., J. M. P. Violência homicida no Nordeste brasileiro: Dinâmica dos números e possibilidades causais. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. v. 10, n. 3. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/14563>>. Acesso em: ago. 2019.

PAIXÃO, A. L. Crime, Controle Social e Consolidação da Democracia. In REIS, F.W.; O´DONNELL, G. (orgs.). *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

SOARES, G. A. D. *Não Matarás. Desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZAVERUCHA, J.; NÓBREGA JR., J. M. O pacto pela vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco”. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 8, n. 2. Rio de Janeiro, 2015.